



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 2, n. 6, jul./ago. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Evolução do Direito Urbanístico no Brasil e na PUC-SP
Adilson Abreu Dallari
- ◆ Estrategias europea y española en defensa de la sostenibilidad ambiental urbana
Alvaro A. Sánchez Bravo
- ◆ A componente constitucional na construção das políticas públicas
Antônio Flávio de Oliveira
- ◆ O poder local e seu papel no ordenamento urbano e territorial brasileiro
Carlos Sérgio Gurgel da Silva
- ◆ Violência e liberdade nas cidades
Luis Manuel Fonseca Pires
- ◆ Não basta aterrar, há que biogasviabilizar
Mônica Bahia Galante Freire

Consultas e Pareceres

- ◆ Direito municipal – Reclamação contra estabelecimento comercial – Perturbação ao sossego público e outras irregularidades – Competência municipal para tratar de observância ao Código de Posturas – Lei Municipal nº 669/84 – Procedimento administrativo – Necessidade de gradação das penas a serem, eventualmente, aplicadas – Excepcionalidade da cassação da licença de localização – Autonomia das esferas de responsabilidade – Comunicação às autoridades competentes para que tomem providências quanto a ilícitos penais
Luciano Ferraz
- ◆ Direito administrativo – Licitação – Desistência da oferta, após habilitação do licitante – Possibilidade, condicionada à verificação de motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação (art. 43, §6º, da Lei nº 8.666/93) – Diligências a cargo da comissão
Luciano Ferraz
- ◆ Direito administrativo – Servidores públicos – Plano de Desligamento Voluntário dos servidores em disponibilidade no Município – Verba indenizatória – Critério de cálculo baseado no tempo de serviço – Art. 3º, caput, da Lei nº 1.400/2006 – Utilização do período em disponibilidade para efeitos de cálculo – Análise do art. 38 da Constituição Federal – Manutenção da condição de servidor em disponibilidade,

ainda que no exercício da vereança – Possibilidade de cômputo

Luciano Ferraz

- ◆ Minuta de projeto de lei – Mineração – Competência material comum a todas as entidades da Federação – Competência legislativa privativa da União – Inconstitucionalidade

Luciano Ferraz

- ◆ Município – Vedações aos agentes públicos em ano eleitoral – Eleições no âmbito federal e estadual – Art. 73 da Lei nº 9.504/97 – Aplicabilidade a todas as esferas administrativas, com as exceções previstas no próprio dispositivo e em seu inciso VII

Luciano Ferraz

Resenha Legislativa

- ◆ Lei Federal nº 13.019/14 – O marco normativo nacional para a celebração de parcerias com as entidades privadas filantrópicas

Rafael Arruda Oliveira

Legislação Comentada

- ◆ Comentários ao Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 (art. 2º)

Bruno Belém

Resenha Jurisprudencial

- ◆ Limites impostos ao Termo de Ajustamento de Conduta

Spiridon Nicofotis Anyfantis

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Regional Federal da 4ª Região**

Direito Ambiental – Crime ambiental – Art. 48 da Lei nº 9.605/98 – Responsabilização de pessoa jurídica desvinculada da pessoa física – Possibilidade – Responsabilização de ente público – Viabilidade – Factibilidade de município figurar como réu Tribunal

- ◆ **Regional Federal da 5ª Região**

Constitucional – Ambiental – Ação civil pública – IBAMA – Atuação supletiva – Atribuição para fiscalizar e corrigir condutas atentatórias ao meio ambiente – Descarte de resíduos a céu aberto (“lixão”) – Imposição de apresentação e implementação de projeto de aterro sanitário e de recuperação da área degradada ao poluidor – Município – Art. 225, CF/88

Consultas respondidas pelos Tribunais de Contas

- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

Consulta – Emprego público – Permanência no emprego – Afastamento da função por motivos de saúde – Estabilidade do art. 19 do ADCT – Concurso público – Chamamento dos candidatos aprovados sem a efetiva criação ou existência das vagas

– Contratação de agentes comunitários de saúde – Forma de seleção dos candidatos

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**

Consulta – Tributário – Fazenda municipal – Procedimento a ser adotado visando à restituição de IPTU pago indevidamente pelos contribuintes – Compensação de créditos tributários – Necessidade de elaboração de lei municipal específica autorizando – Art. 170, CTN

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**

Consulta – Prestação de serviços na saúde pública – Defensoria Pública – Pleiteamento diretamente ao Poder Executivo de fornecimento de medicamentos e realização de exames – Minimização das demandas no Poder Judiciário – Possibilidade – Necessidade de prévia licitação para aquisição de medicamentos ou custeio de exames médicos – Dispensa de licitação, excepcionalmente e quando demonstrada a urgência no atendimento ou até o limite do art. 24, II, da Lei nº 8.666/93

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**

Consulta – Termo de Parceria – OSCIPs – Execução de serviços complementares nas áreas de saúde, educação, serviço social e meio ambiente – Art. 3º da Lei nº 9.790/99 – Modalidade de licitação – Possibilidade de dispensa – Lei Complementar nº 101/2000 – Cômputo do limite de gastos com pessoal

Jurisprudência Temática

- ◆ Tema: A tutela jurídico-ambiental na seara municipal